



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO**

**POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO
REGIONAL SOBRE DESCOLONIZAÇÃO**

**“CAMINHOS PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL – PROMOVENDO O
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E CULTURAL DOS
TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS”**

Palm Springs Hotel, Díli, Timor-Leste
23 de maio de 2025



Palácio do Governo
Avenida Marginal
Díli, Timor-Leste

Excelências

Senhora Presidente, Menissa Rambally,
Caríssimos Membros e Delegados do Comité Especial
Senhoras e Senhores,

É com muita satisfação que cumprimento todos os distintos participantes do Comité Especial sobre Descolonização das Nações Unidas (C24), que estiveram reunidos em Díli, nestes últimos três dias.

É para nós, governo e povo de Timor-Leste, um privilégio acolher este Seminário regional do Pacífico em Díli, em colaboração com o Comité Especial das Nações Unidas.

Felicito todos os envolvidos neste Seminário pela excelente organização e gostaria de expressar, também, a minha apreciação ao Governo da Indonésia, por ter facilitado a passagem dos delegados da conferência em trânsito em Bali, para chegarem a Díli.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Esta foi uma semana bastante especial para Timor-Leste!

Para além desta conferência, na passada segunda-feira, acolhemos, em Díli, a primeira Conferência de Solidariedade da Ásia-Pacífico para o Saara Ocidental.

Esta voz, a do povo saarauí, silenciada há meio século no cenário internacional, merece a nossa atenção e a nossa ação coletiva e estratégica.

Infelizmente, e como foi observado durante estes últimos dias, a jornada de descolonização e de autodeterminação de territórios não autónomos continua incompleta, não só para o Saara Ocidental, mas para tantos outros.

E é também uma semana especial porque, no passado dia 20 de maio, Timor-Leste celebrou o seu 23.º Aniversário da Restauração da Independência.

Como tiveram a oportunidade de entender melhor aqui, a experiência de Timor-Leste é uma história de sofrimento, mas também de esperança e de reconciliação.

Após 24 anos de resistência e diplomacia persistente nas Nações Unidas pelo direito à autodeterminação, Timor-Leste alcançou finalmente o seu objetivo de **poder escolher, escolher viver em paz e em liberdade.**

E dizemos “restauração” porque declaramos a nossa independência em 28 de novembro de 1975, para sete dias depois termos sido ocupados ilegalmente, pelo nosso país vizinho, a Indonésia.

E quero aqui clarificar, a bem da história, que nós não fomos vítimas do povo indonésio. Aliás, muitos grupos de solidariedade

e individualidades indonésios apoiaram-nos e partilharam a nossa dor e o nosso sofrimento, e até mesmo a nossa luta.

Se fomos vítimas, foi de um regime e de uma ordem internacional saída do espectro da Guerra Fria, onde todos temiam a expansão de regimes de natureza socialista, isto dos vizinhos mais próximos aos países mais distantes.

Timor-Leste foi, sobretudo, vítima da ganância e dos interesses comerciais de outras potências, onde os recursos materiais se sobrepõem à importância da dignidade humana.

A verdade é que a nossa resistência armada não enfrentou só as tropas militares do país ocupante, mas toda uma força armada de países ocidentais. Por isso, entre 1975 e 1979, só vínhamos, cada vez mais, a perder... a perder a guerra e a esperança.

Só nos anos 80, com uma estratégia e o envolvimento de toda a população, conseguimos reorganizar a guerrilha de resistência. As ofertas para rendição de alguns guerrilheiros, inclusivamente a minha, eram aliciantes.

Por isso, a principal lição da nossa experiência não poderá ser outra senão a organização, a estratégia e, sobretudo, o envolvimento da população numa causa que é nacional, aliada aos esforços internacionais.

A nossa ambição nunca foi outra senão a de parar a guerra e encontrar uma solução pacífica, no sentido de promover

melhores condições de vida para o nosso povo, já demasiado cansado e sofrido.

O inimigo não nos poderia aniquilar, mas nós, a resistência, também nunca teríamos a capacidade de expulsar a força ocupante. Por isso, a resposta para este impasse teria de ser sempre a vontade do povo, ou seja, a decisão de continuar a sofrer ou a de rendição total.

Na verdade, olhando para trás, tudo se resumiu à vontade, à força, à coragem do povo timorense!

E foi assim que, nos anos 80, se decidiu perguntar ao povo timorense se queria continuar a sofrer ou se queria a integração. Pois, caso fosse esta última opção a vontade popular, nós, a resistência timorense, na sua frente armada, clandestina e diplomática, nos renderíamos.

Esta intenção foi transmitida à Organização das Nações Unidas, à Indonésia e a Portugal. Esperámos 16 anos para sermos vistos e ouvidos nesta nossa procura de uma solução pacífica. E isto, digo, só aumentou a resiliência, a coragem e o espírito de sacrifício do povo timorense.

Não posso deixar de lembrar que, quando a Organização das Nações Unidas decidiu organizar um referendo no Saara Ocidental, com a criação da MINURSO em 1991, isto encheu-nos de esperança. Acreditámos que depois do povo saarauí seria a vez da Palestina e, depois nós, Timor-Leste.

Mas, em 1992, o referendo no Saara Ocidental foi adiado, adiado até hoje!

Timor-leste retirou importantes lições deste exemplo e, quando em 1999, nos foi proposto um adiamento semelhante para evitar a provável violência, recusámos adiar o nosso próprio referendo em Timor-Leste, dando como exemplo a decisão sobre o Saara Ocidental.

Mesmo perante a ameaça de intimidação e violência, o nosso povo permaneceu firme e corajoso.

Por esta razão, tenho uma ligação particular com o Saara Ocidental. O seu sofrimento dserviu para nós de lição.

Excelências
Senhoras e Senhores,

O direito internacional é a solução, mas tem de ser acionado através de um esforço coletivo, com persistência, estratégia e diplomacia.

E por isto agora concluímos que o triunfo dos timorenses foi também um triunfo do sistema internacional.

Nessa altura, como agora, continuo a acreditar que só o direito internacional poderá elevar a voz de nações frágeis e oprimidas. O direito internacional é o instrumento mais poderoso para a resolução pacífica de disputas e conflitos e o mecanismo

mais promissor para garantir os direitos e a dignidade humana, de todos os territórios, autónomos ou não autónomos.

Nós, os timorenses, conhecemos bem este sentimento de negação por terceiros dos direitos inalienáveis, por isso, defendemos o direito internacional enquanto a arma mais poderosa das nações mais vulneráveis.

O diálogo e a negociação pacífica para soluções de autodeterminação são o caminho para um futuro de sustentabilidade.

Em conclusão, Timor-Leste acredita que, tal como nós tivemos a possibilidade de obter a nossa independência fazendo uso do direito internacional, todos os territórios não autónomos deveriam ter o direito de o fazer.

Sei que ouviram, na abertura desta Conferência, o Presidente da República, Dr. José Ramos-Horta, que, em 1975, na Frente Diplomática da nossa luta de libertação, contactou a Comissão Especial das Nações Unidas para a Descolonização.

A Frente Armada e a Frente Clandestina, isoladas na sua resistência de guerrilha, nunca teriam sido suficientes para projetar a nossa causa e a voz do povo timorense.

É preciso lutar estrategicamente pela paz, ainda mais no mundo conturbado de hoje, numa comunidade internacional que tem os meios pacíficos e diplomáticos para apoiar o

reconhecimento dos direitos legítimos das nações e dos seus povos.

É preciso defender o multilateralismo e fóruns, como o C24, para que a solidariedade e a cooperação internacional prevaleçam.

Excelências
Senhoras e Senhores,

A herança do colonialismo e os interesses económicos que impedem o direito legítimo dos povos à autodeterminação, têm de ser erradicados.

Estou confiante de que, neste seminário em Díli, encontrámos novas formas e estratégias de defender a dignidade, a soberania e o potencial de todos os povos que ainda se encontram em processo de descolonização.

Que a voz de todos os territórios não autónomos seja a nossa própria voz.

Que a força e a audácia dos nossos pensamentos sejam direcionados para ações concretas de consciencialização dos direitos por alcançar das últimas colónias do nosso século, em cada umas das nossas sociedades.

Espero que as conclusões e recomendações deste Comité Especial sobre Descolonização das Nações Unidas, reunido em Díli, permitam fortalecer não só a cultura e a identidade dos

territórios não autónomos, como ações concretas para garantir a sustentabilidade socioeconómica das suas populações.

Até que a soberania de todos seja um direito garantido no âmbito do direito internacional, nenhum povo deverá permanecer sem voz.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão